

A POLÍTICA DOS ESTADOS UNIDOS DE COMBATE AO NARCOTRÁFICO E O PLANO COLÔMBIA (1998-2005)

Marcelo SANTOS¹

RESUMO: O artigo analisa a política norte-americana de combate ao narcotráfico no pós-Guerra Fria e o advento do Plano Colômbia. São examinados os principais aspectos dessa política externa dos EUA para a América Latina, em especial para a Colômbia. Também são abordadas as alianças estratégicas entre o governo colombiano e o governo norte-americano em torno do Plano Colômbia.

PALAVRAS-CHAVE: Tráfico de drogas. Plano Colômbia. Estados Unidos.

A política norte-americana de combate às drogas

Quando se analisa o processo histórico de formação e consolidação da nação norte-americana, logo se constata que a política de combate às drogas sempre ocupou um espaço importante na agenda interna desse país. A combinação de uma moral puritana com uma ética protestante e individualista de dedicação ao trabalho criou um ambiente social de profundo repúdio ao vício, à ebriedade e à dependência. Nesse país, as leis contra o ópio, o álcool, a maconha, a heroína, a morfina e a cocaína decorreram de intensas pressões de movimentos puritanos, que levaram o Estado a criminalizar os produtores, os vendedores e os consumidores desses produtos. Nasceu daí um tipo de política proibitiva que, historicamente, além de marginalizar segmentos da população, aumentou o poder repressivo do Estado e abriu espaço para o desenvolvimento de economias ilegais e criminosas. Note-se que, no decorrer dessa história, as elites dominantes e governantes utilizaram essa política como um poderoso mecanismo de controle social, econômico e cultural sobre os demais grupos étnicos e sociais, sempre acusados e culpados pela disseminação da droga no país (TENA, 2000; RODRIGUES, 2004).

Ao longo do século XX, à medida que passaram a ter uma presença mais notável no sistema internacional, os norte-americanos procuraram estender ao mundo

¹ UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – Araraquara – SP – Brasil. 14.800-901 – marsant28@yahoo.com.br

o seu modelo repressor de combate às drogas. Aos poucos, assim como ocorria com as minorias étnicas no âmbito interno, vários países foram acusados pelos EUA de serem os responsáveis pelo alto consumo de drogas no país. Incapazes de eliminar a economia ilegal gerada pela política de combate às drogas dentro do seu próprio país, os norte-americanos começaram a pressionar os países produtores de substâncias alucinógenas para que adotassem uma legislação antidrogas semelhante à dos EUA (VÉLEZ QUERO, 2003). No período do entre-guerras, a resistência europeia e a intransigência norte-americana nas negociações impediram a eficácia de tratados internacionais de combate aos narcóticos. Porém, cada vez mais ficava claro que o crescente poder norte-americano no sistema internacional faria, cedo ou tarde, predominar o seu modelo de combate às drogas. Um outro aspecto dessa questão está no fato de que os esforços dos EUA no sentido de internacionalizar a sua política de combate às drogas nunca estiveram relacionados somente a um problema de saúde pública mundial, mas também a objetivos diplomáticos, geopolíticos e comerciais. Daí decorre a Diplomacia das Drogas, conduzida por estrategistas de relações exteriores dos EUA. Não é à toa que, em vários momentos do século XX e início do XXI, o Departamento de Estado norte-americano procurou associar o tema do tráfico de drogas com a criminalidade, o comunismo e o terrorismo, justificando assim possíveis intervenções externas estratégicas.

Como principal potência capitalista após a Segunda Guerra Mundial, os EUA tiveram um papel decisivo na organização da nova ordem política e econômica internacional. Tal fato se traduziu, nas décadas seguintes, num permanente expansionismo do poder norte-americano no sistema internacional. Além disso, o advento da Guerra Fria – com a consolidação da URSS como uma potência militar, representando um projeto de organização da vida econômica e social oposto ao norte-americano – aumentou ainda mais o ativismo dos EUA no mundo, traduzindo-se numa estratégia de contenção ao comunismo. Tal conjuntura possibilitou que o modelo norte-americano de combate ao consumo e ao tráfico de drogas se universalizasse e se transformasse em legislação internacional. A ratificação multilateral do Convênio sobre substâncias Psicotrópicas, em 1971, marcada por uma série de incoerências científicas, semânticas, farmacológicas e jurídicas a respeito de drogas naturais e sintéticas, foi um passo decisivo nesse processo. Além de enquadrar grande parte da comunidade internacional na sua estratégia de combate às drogas, os EUA reforçaram internamente seu aparato de repressão aos narcóticos com a criação da *Drug Enforcement Agency Administration* (DEA), em 1973, que acumulou as funções de cuidar da política antidrogas dentro do próprio país e das ações contra o narcotráfico no exterior (TENA, 2000).

Depois de vivenciar uma crise hegemônica no sistema internacional durante a década de 1970, os EUA procuraram recuperar o seu poder mediante uma série

de ações econômicas, monetárias, políticas e militares que levaram à sua vitória na Guerra Fria e a sua supremacia monetária, financeira e militar nas décadas seguintes. Ao longo desse processo, a política de combate às drogas foi ganhando cada vez mais relevância na agenda interna e externa norte-americana, sobretudo no que diz respeito ao seu relacionamento com a América Latina. A plataforma conservadora de Ronald Reagan (1981-1989) – que, através de um unilateralismo messiânico, visava vencer definitivamente a Guerra Fria e garantir a supremacia norte-americana no mundo – retomou os valores do moralismo puritano e da ética protestante do trabalho para lançar uma grande cruzada contra às drogas. Com Reagan, a política de combate às drogas esteve completamente subordinada às diretrizes da política exterior dos EUA. Nesse sentido, o tema das drogas, longe de ser tratado como um problema de saúde pública, de desajuste social ou da própria política proibitiva interna, transformou-se numa questão de segurança nacional, pois os estrategistas conservadores logo trataram de relacionar o problema a agentes externos, tais como uma “conspiração de latinos”. Em pouco tempo, as plantações de coca e maconha na América Latina começaram a aparecer nos discursos oficiais norte-americanos como responsáveis pelo alto consumo de drogas no país, constituindo-se num grande mal a ser combatido (RODRIGUES, 2004). Assim, a Diplomacia Total norte-americana que, nos derradeiros anos da Guerra Fria, já estava mobilizada na América Central e no Caribe no sentido de desestabilizar e destruir governos e grupos sociais hostis aos seus interesses ganhava uma nova justificativa para futuras ingerências econômicas, políticas e militares na América Latina.

No início da década de 1980, quando ainda estava em causa o combate ao comunismo, a administração Reagan procurou associar o tráfico de drogas proveniente da América Latina à grupos comunistas e terroristas que conspiravam contra a saúde, a higiene, a moral, os valores, a segurança e o poder norte-americano. As supostas ligações entre grupos guerrilheiros comunistas e o narcotráfico, foram amplamente manipuladas de forma retórica e propagandista para criar um clima entre a população que justificasse um envolvimento mais efetivo dos EUA na luta contra aquilo que foi convenionado pela diplomacia norte-americana como “narcoterrorismo”. Em 1982, foi aprovada a *Defense Authorization Act*, que permitiu o exército norte-americano participar da luta contra as drogas. Em abril de 1986, o governo Reagan incorporou à doutrina de segurança nacional a *National Security Decision Directive* (NSDD), que estabelecia a aliança entre terrorismo de esquerda e narcotráfico como uma ameaça letal para a segurança nacional dos EUA. A respeito da NSDD Tiago Rodrigues (2004, p.269, grifo do autor) escreveu:

Agora, camponeses, cultivadores de coca, militantes de esquerda, grandes capos, guerrilheiros marxistas, pequenos traficantes e governos “revolucionários” faziam

todos parte de um intrincado complô que visava destruir a integridade moral e o poderio político norte-americano.

Com a reformulação da doutrina de segurança nacional, a administração Reagan aumentou a pressão sobre determinados governos latino-americanos no sentido de erradicar os plantios e reprimir o tráfico de drogas. Além de ameaças do uso da força, pressões políticas, econômicas e diplomáticas e o treinamento e apoio logístico de forças policiais e militares latino-americanas antidrogas, o governo dos EUA estabeleceu a Certificação. Através desse mecanismo, o Congresso norte-americano passou a monitorar e avaliar os esforços antinarcóticos de cada um dos países latino-americanos, suspendendo a assistência econômica, impondo sanções comerciais e vetando empréstimos de organismos internacionais de crédito aos países que não estivessem de acordo com as suas diretrizes. Note-se que essa política não contemplava a resolução de problemas que levavam à expansão do narcotráfico na região, tais como a crise econômica, a pobreza no campo, a debilidade institucional, a desintegração territorial e a violência (TENA, 2000). Nesse sentido, no que diz respeito à erradicação dos cultivos e à eliminação do narcotráfico, a política de Reagan falhou. Para Bruce Bagley (1993), além das debilidades institucionais, políticas, técnicas e financeiras dos Estados latino-americanos para cumprirem as leis antinarcóticos preconizadas pelos EUA, a política de Reagan não levava em consideração os múltiplos atores subnacionais e transnacionais envolvidos direta ou indiretamente nessa atividade, como as grandes corporações do setor de química, os bancos privados, os fabricantes de armas, que possuem uma forma de atuação que muitas vezes transcende à esfera de controle dos Estados nacionais.

A vitória na Guerra Fria no final da década de 1980, selada mais tarde com a queda do muro de Berlim (1989) e a desintegração da URSS (1991), levou, imediatamente, a política externa norte-americana a substituir o comunismo pelo narcotráfico como a grande ameaça proveniente da América Latina à segurança nacional dos EUA. A administração George Bush (1989-1993) retomou a expressão “guerra às drogas” para lançar a *National Defense Authorization Act* (1989), que mobilizou o Departamento de Defesa na luta contra o narcotráfico. O caráter militarista de combate às drogas foi reforçado e logo evidenciado numa série de ações. Primeiro, os EUA lançaram a Estratégia Andina (1989), que consistia no envio de tropas, na ampliação da ajuda econômica para atividades militares e policiais e no aumento das pressões sobre os países produtores andinos para uma maior cooperação militar na luta contra o narcotráfico. Segundo, o Comando Sul dos EUA reorganizou toda sua infra-estrutura técnica, operacional e humana, que havia sido utilizada na contenção ao comunismo na região, para a luta contra esse novo perigo externo. Terceiro, tropas norte-americanas invadiram o Panamá, em dezembro de 1989, na

denominada “Operação Causa Justa”, culminando na prisão do ex-aliado dos EUA, o presidente Manuel Noriega, condenado como narcotraficante. Quarto, em abril de 1990, a *Drug Enforcement Administration*, sem consultar o governo do México, prendeu em território mexicano o médico Humberto Alvarez Machaín, acusado de participar do assassinato de um agente da DEA no México.

Todas essas operações geraram temor e desconfiança em vários países latino-americanos quanto ao mecanismo de combate ao narcotráfico utilizado pelo governo Bush, ou seja, a intervenção militar. Tanto que na Cúpula de Cartagena (1990) a proposta norte-americana de criar uma força militar multilateral de combate ao narcotráfico foi rechaçada pela maioria dos países latino-americanos, principalmente pelos sul-americanos, que alegavam intromissão norte-americana em sua soberania nacional. Na Cúpula de Santo Antonio (1992), com o mesmo objetivo, porém com um discurso mais moderado, os EUA acataram as reivindicações dos países latino-americanos, que sugeriam medidas socioeconômicas para combater o problema das drogas. Nesse novo marco, para incorporar os exércitos latino-americanos às suas diretrizes, o governo norte-americano propôs a ajuda econômica não somente para fins militares de combate às drogas, mas também para o desenvolvimento de atividades agrícolas alternativas que substituíssem as plantações de substâncias consideradas ilícitas. A verdade é que diante da recusa de alguns países latino-americanos às estratégias de utilização de uma força multilateral ou da intervenção militar direta dos EUA, a diplomacia norte-americana do narcotráfico passaria a se concentrar na estratégia da “Guerra de baixa intensidade”. Nesse modelo militarizado de combate ao narcotráfico, os EUA oferecem os recursos econômicos e militares para que os países possam implementar seus combates internos. É o que têm ocorrido nos planos antidrogas para a região andina, sobretudo na Colômbia.

O Plano Colômbia

Há várias décadas, a Colômbia convive com o problema de economias ilícitas no seu território, entre elas o narcotráfico, que se intensificou em meados dos anos 1970. As ações repressivas do governo dos EUA no México e na Jamaica, no final da década de 1960 e início da década de 1970, levaram a uma migração das plantações de maconha para o Departamento colombiano de La Guajira, fortalecendo as atividades dos narcotraficantes colombianos. Quando, no final dos anos 1970, a demanda norte-americana por cocaína superou a maconha, os narcotraficantes colombianos substituíram os pioneiros cubanos de Miami no tráfico de cocaína para os EUA. Inicialmente, as máfias colombianas importavam da Bolívia e do Peru, milenares produtores de folha de coca, a pasta-base da coca, que era refinada e transformada

em cloridrato de cocaína para ser exportada aos EUA através de rotas pelo Brasil, Equador, Venezuela e Panamá. Ao longo da década de 1990, a política norte-americana de erradicação militarizada do cultivo de coca, cumprida rigorosamente pelos governos da Bolívia e do Peru sob pena de perderem a Certificação, resultou numa migração das plantações para as regiões sul e central da Colômbia (Guaviare, Caquetá, Cauca, Choco, Nariño e Putumayo), deixando o país na condição de principal produtor mundial de folha de coca.

Em um país que, desde a independência, foi controlado por uma oligarquia que excluiu a participação política dos demais grupos sociais e não promoveu reformas econômicas e sociais estruturais, as condições propícias à produção da folha de coca acabaram atraindo milhares de camponeses para o cultivo ilícito como forma de sobrevivência. Além disso, tal condição também contribuiu para exacerbar os históricos índices de violência e intensificar a guerra interna envolvendo Estado, paramilitares de direita e guerrilhas de esquerda.

A expansão do narcotráfico somada a uma crise institucional e econômica, à violação sistemática dos Direitos humanos, a ataques das guerrilhas de esquerda contra corporações norte-americanas do petróleo, a uma guerra interna e à possibilidade de extensão do conflito para os países vizinhos transformaram a Colômbia numa das prioridades da política de segurança dos EUA no final dos anos 1990. O governo norte-americano, que durante a presidência de Ernesto Samper (1994-1998) tirou a Certificação e qualificou a Colômbia como uma “narcodemocracia”, voltou toda a sua atenção para o governo de Andrés Pastrana (1998-2002).

Ao longo da década de 1990, o conflito interno colombiano assumiu dimensões trágicas e gigantescas em números de mortos, feridos, desaparecidos, seqüestros, massacres e refugiados². Do lado das guerrilhas de esquerda houvera um crescimento significativo das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e do Exército de Libertação Nacional (ELN). Ao mesmo tempo, também ocorreu uma expansão das ações dos grupos paramilitares de direita, como as das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC). O presidente Pastrana declarou guerra às drogas, rearmando e modernizando as Forças Armadas e a polícia, além de anunciar uma solução negociada com os movimentos insurgentes. Para Pastrana (apud SANTANA, 2004, p.211), “[...] a Colômbia tinha duas guerras diferentes: a do narcotráfico e a da guerrilha.” Em julho de 1998, o presidente teve um encontro com Manuel Marulanda Vélez, líder das FARC, para a negociação de um acordo de paz no qual o governo cedeu à guerrilha uma zona desmilitarizada de 42 mil Km² na região da selva colombiana, enquanto manteve a ofensiva contra a guerrilha em outras regiões. O acordo fazia

² Do início de 1990 até março de 2002, foram mortos 37 mil colombianos. Entre 1985 e 2002 ocorreu um êxodo forçado de 2.900.000 colombianos dentro do seu próprio território (CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO, 2003).

parte de um plano de desenvolvimento denominado *Cambio para Construir la Paz 1998-2002*. Durante três anos, as FARC dialogaram com o governo, executivos de corporações transnacionais, comissões do Senado e da Câmara, políticos de todos os partidos, jornalistas estrangeiros, sindicatos e estudantes, sempre com transmissão da TV estatal. Porém, o processo de paz fracassou.

Para a classe política tradicional, a razão do fracasso foi a generosidade do governo, que, ao ceder território para as FARC, proporcionou o seu reagrupamento, treinamento e armamento. Do lado das FARC, Marulanda Vélez justificou o fracasso do acordo com a posição intransigente do governo para negociar temas fundamentais na agenda dos guerrilheiros, tais como o referendo, a participação política com igualdade de garantias e o fim do bipartidarismo, a questão da terra, a ruptura com a política econômica neoliberal, e o fim do Plano Colômbia (sustento para a guerra) (RAMÍREZ OROZCO, 2004). Para muitos analistas do tema, entre os vários fatores que levaram ao fracasso do projeto de paz, o principal foi a internacionalização das estratégias de resolução do conflito colombiano e do combate ao narcotráfico com a interferência norte-americana por meio do Plano Colômbia (2000), que transformou o projeto de paz de Pastrana em um plano militar antidrogas e contra-insurgente. Como demonstra Antonio Navarro Wolf (2002, p.16):

O Plano Colômbia de Pastrana, em sua versão original, não era isto. Quando começaram as conversações de paz entre o governo e as FARC no sul do país, foi desenhado um plano de investimentos produtivos e de desenvolvimento nas áreas pobres e isoladas do país e também ficou decidido que as FARC e o governo decidiriam os destinos dos recursos econômicos provenientes da comunidade internacional. Quando entraram os norte-americanos em cena em 1999, a primeira coisa que fizeram foi descartar as FARC das discussões sobre o emprego dos recursos econômicos do Plano Colômbia. Segundo, armaram um pacote de ajuda ao exército e tomaram o controle da guerra no sul. Desaparecia então todo o conteúdo de paz que tinha a versão inicial do plano, transformando-se em um plano antidrogas e contra-insurgente. As FARC repudiaram o plano sob a alegação de agressão ao processo de paz e, por consequência, seguiram a tarefa de continuar o conflito.

O Plano Colômbia, previsto inicialmente para durar até dezembro de 2005, redigido numa única versão em inglês e imposto pelo governo de Bill Clinton sem que houvesse qualquer debate na sociedade colombiana, previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceria US\$ 1,3 bilhão (47 milhões para o Equador). O governo colombiano aplicaria US\$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam de financiamento externo e 20% de ajuste fiscal e de impostos sob controle do FMI, e o restante viria de países europeus e instituições internacionais.

São muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive à própria dimensão de combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestra a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e na militarização do combate nos países produtores. Não é demais lembrar que, desde a administração Reagan, esse assunto passou a ser tratado como um problema de segurança nacional, envolvendo o Departamento de Defesa dos EUA. Nesse sentido, embora o plano contemplasse propostas sociais, econômicas e de Direitos humanos, o caráter bélico repressor constituiu o seu eixo central. Basta observarmos a forma como foram distribuídos os recursos econômicos provenientes dos EUA no início do plano: 1) apoio à expansão das operações antidrogas no sul do país sob a forma de treinamento e equipamento para as Forças Armadas – US\$ 416,9 milhões; 2) apoio aos programas de interdição através da modernização do sistema de comunicações dos militares e dos serviços de inteligência – US\$ 378,6 milhões; 3) apoio à Polícia Nacional da Colômbia com treinamento e equipamento – US\$ 115,6 milhões; 4) apoio ao desenvolvimento econômico e alternativo de atividades que substituam a economia ilícita – US\$ 106 milhões; 5) apoio à reforma do sistema Judiciário e à programas de combate à corrupção, seqüestro, lavagem de dinheiro e promoção dos Direitos humanos – US\$ 119 milhões; 6) apoio a outros programas regionais e ao processo de paz – US\$ 183 milhões.³ Além desses itens, ficou estabelecido que os EUA poderiam manter em território colombiano um efetivo de 500 militares e 300 civis. A Escola das Américas, rebatizada depois do fim da Guerra Fria como Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança, assumiu a responsabilidade de oferecer suporte e treinamento para o Exército colombiano. Em relação ao apoio aos programas regionais e ao processo de paz, a maior parte dos recursos foram para projetos militares de combate às drogas, como na Bolívia e no Equador. Uma outra questão a ser notada é que parte do montante financeiro inicial destinado a fins militares na Colômbia foi utilizado diretamente para a compra de equipamentos bélicos de empresas norte-americanas, como a Bell Textron e a United Technologies. Esse plano colocou a Colômbia no seletivo grupo composto por Israel, Turquia e Egito, como principais países receptores de armamentos pesados e semipesados, treinamento de forças de elite e de assessoria em inteligência militar por parte dos EUA.

Em larga medida, pode-se dizer que essa dimensão militarista do plano não compreendeu apenas o conteúdo de luta contra o narcotráfico, mas também procurou

³ Programa de Informação Internacional (PII), Departamento de Estado dos EUA (2000).

contemplar uma outra preocupação da política de segurança dos EUA, que está relacionada ao combate de movimentos considerados extremistas ou terroristas pela política norte-americana para a região. Dessa forma, a expansão das ações das FARC e do ELN no conflito interno colombiano passou a ser um alvo dos EUA. Segundo Antonio Navarro Wolf (2002), à medida que, na década de 1990, foi se expandindo o cultivo ilícito na Colômbia, a guerrilha colombiana de esquerda, que sempre foi muito pobre, passou a cobrar impostos (extorsão) sobre as atividades dos narcotraficantes, criando uma poderosa fonte de financiamento de suas atividades. Os impostos sobre os cultivos ilícitos transformaram-se na principal fonte de financiamento das FARC, superando as arrecadações com os seqüestros e outras extorsões. Em um país marcado por profundas desigualdades sociais, esses recursos permitiram às FARC recrutar um imenso exército guerrilheiro que passou de 4.000 homens no final da década de 1980 para 15 mil no término dos anos 1990⁴. Entre 1995 e 1998, as FARC estavam ganhando praticamente todas as batalhas contra o Exército colombiano. Para Wolf, os primeiros que se deram conta dessa situação foram os norte-americanos. Wolf cita as declarações do comandante Charles Wilhelm, do Comando Sul do exército dos EUA, que, em visita a Colômbia, em 1998, disse que se não houvesse uma intervenção para mudar a situação, em cinco anos as FARC iriam vencer a guerra. Note-se que, desde Reagan, o Departamento de Defesa norte-americano estava procurando estabelecer um vínculo entre narcotráfico e guerrilha. Então, os EUA resolveram intervir com a sua versão militarizada do Plano Colômbia, unificando os problemas do narcotráfico e das guerrilhas. É nesse sentido que esse plano ganhou também um caráter antiinsurgente que visa a exterminar as FARC e o ELN. Analisando as ofensivas militares do Plano Colômbia, Mario Ramírez Orozco (2004, p.83) concluiu:

É necessário ter em conta que as zonas onde se concentram a ofensiva do Plano Colômbia são aquelas áreas onde o controle das guerrilhas insurgentes é predominante, enquanto se excluem grandes regiões cocaleras como o Urabá

⁴ Aqui cabe esclarecer a relação das FARC com o narcotráfico. Primeiro, as FARC se autodefinem como uma organização político-militar de orientação socialista e de inspiração bolivariana que luta contra o modelo econômico, social e político colombiano, considerado pelos seus membros como corrupto, injusto e gerador de privilégios. O narcotráfico, por sua vez, é uma poderosa estrutura empresarial capitalista afinada com a estrutura socioeconômica vigente na Colômbia. Portanto, são dois fenômenos que nascem com finalidades distintas. Não foi à toa que os narcotraficantes, que recebiam segurança de alguns membros das FARC nos anos 1980, criaram suas próprias milícias contando com a participação dos paramilitares de direita para exterminarem os próprios membros das FARC. Daí a relação íntima dos narcotraficantes com os grupos paramilitares de direita. A questão é que com a expansão dos cultivos ilícitos e do tráfico de drogas na Colômbia, as FARC passaram a tributar o plantio, o refino e a circulação dessas atividades, constituindo sua principal receita. Porém, em princípio, isso não torna as FARC um exclusivo grupo de traficantes cujo objetivo fundamental é expandir o comércio ilícito de drogas. Mas, por outro lado, demonstra quanto o conflito colombiano está sustentado pelos recursos econômicos ilícitos.

antioqueño e chocono, Córdoba e a região de Catatumbo na fronteira com a Venezuela, lugares em que o controle territorial é quase exclusivo por parte dos grupos paramilitares de direita.

Assim, assessorados por estrategistas militares norte-americanos e apoiados por uma ampla base tecnológica de radares, aviões, helicópteros e materiais bélicos disponibilizados ou vendidos pelos EUA, as Forças Armadas do Estado colombiano passaram a aplicar uma dura ofensiva contra os grupos guerrilheiros⁵. Ao mesmo tempo, tal aparato começou a ser utilizado também para o combate aos cultivos ilícitos nas regiões dos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo, onde têm sido utilizadas armas químicas, como as fumigações aéreas de glifosato, e, biológicas, como o fungo *Fusarium Oxysporum*.

Cabe acrescentar que as centenas de militares norte-americanos e os espões e civis contratados pelos EUA não foram para a Colômbia apenas para auxiliar o Exército colombiano no plano antidrogas e antiinsurgente, mas também para garantir a segurança e os interesses econômicos das grandes corporações de seu país. Sob esse aspecto, as atividades das companhias petrolíferas norte-americanas na região assumem a maior relevância, e as corporações são muitas: OXY, Texaco, Harken, Chevron, BP, Reliant, Eron, Global, Halliburton. Estudos da Associação Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ), com sede em Washington, revelaram que a aprovação do Plano Colômbia pelo Congresso norte-americano ocorreu mediante um pesado *lobby* de empresas petrolíferas interessadas nas reservas colombianas. Segundo a investigação, entre 1995 e 2000, essas companhias investiram US\$ 92 milhões em *lobby* para a aprovação do projeto.⁶ Durante a década de 1990, essas empresas transformaram-se num alvo permanente das ações guerrilheiras, que agiam explodindo oleodutos e seqüestrando executivos, tendo, por consequência, seus negócios prejudicados. Nesse sentido, tornou-se crucial para essas companhias a intervenção militar do Estado norte-americano na região dos campos petrolíferos. Com o Plano Colômbia, militares norte-americanos passaram a chefiar as ações de segurança nas áreas de atuação das corporações petrolíferas, como nas regiões do oleoduto de Caño Limón que possui um tamanho de 780 Km, percorrendo um trecho que começa nos campos de petróleo do Departamento de Arauca, perto da fronteira com a Venezuela, estendendo-se até o porto de Coveñas na costa atlântica⁷. Talvez essa dimensão geoeconômica do Plano Colômbia possa explicar a concentração de

⁵ Oficialmente, em dezembro de 2002, o governo de Andrés Pastrana rompeu os diálogos com as FARC e declarou a zona de distensão dada as FARC como objetivo militar do Estado colombiano.

⁶ Ver investigação completa em "Proyecto sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina" (2001).

⁷ Sobre essa questão, ver publicação do Departamento de Estado dos EUA (UNITED STATES OF AMERICA, 2001).

bombardeios às operações das Farc na região sul do país, como no Departamento de Putumayo, que sintomaticamente possui ricas jazidas de petróleo. Sem esquecer da enorme biodiversidade dessa região amazônica colombiana.

Destaque-se ainda que a adoção do Plano Colômbia representou um incremento das atividades militares de corporações privadas norte-americanas na região andina. Na verdade, desde 1990, o governo dos EUA vinha utilizando os serviços de corporações militares na região, que, por serem privadas, atuam sem a supervisão direta do Congresso, embora exista uma legislação sobre o assunto. Com o Plano Colômbia, a privatização das funções militares foi ampliada por meio da contratação de várias empresas para desenvolver serviços de informações, investigação, inteligência, logística, vigilância, treinamento de militares colombianos e fumigação dos plantios ilícitos. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em 24 de fevereiro de 2002, Michael Shifter (apud EUA..., 2002, p.A14), diretor do programa sobre a Colômbia do *Interamerican Dialogue*, disse: "Enquanto o Congresso norte-americano não autorizar uma maior presença de militares na Colômbia, essas empresas podem satisfazer a disposição dos EUA de aumentarem sua ajuda a Pastrana." Na mesma reportagem, o jornal apresenta trecho de um relatório da companhia *Military Professional Resources* obtido pela agência *Associated Press*, no qual prega-se que o combate à guerrilha é condição básica para que o narcotráfico seja derrotado.

Conforme já enunciado, no que concerne à estratégia de erradicação dos cultivos, o plano foi estruturado na fumigação das lavouras. As regiões dos Departamentos de Nariño, Cauca e Putumayo foram transformadas em alvos permanentes de armas químicas, como as fumigações aéreas de glifosato sobre as lavouras de coca, e, biológicas, como o fungo *Fusarium Oxysporum*. Cabe destacar que a maior parte dos despejos de glifosato, produzido pela Monsanto, têm sido feitos por aviões da companhia privada Dyn-Corp. Essa ofensiva tem desalojado populações e provocado danos ao meio ambiente, às demais lavouras, à criação de peixes, aos animais domésticos e à saúde dos camponeses⁸. Como relata Noam Chomsky (2005, p.90-91):

Estive no sul da Colômbia, em Cauca, localidade que, em 2001, ocupou a pior colocação do país em garantia dos Direitos humanos. O Estado é basicamente formado por índios, camponeses e afro-colombianos [...] Passei umas duas horas ouvindo depoimentos de camponeses pobres sobre o terrorismo. Mas a pior forma de terrorismo que eles sofreram, pelo menos nos depoimentos que ouvi, veio do terrorismo direto norte-americano – a saber, a fumigação. A fumigação destrói completamente a vida deles. Destroí suas lavouras e mata seus animais

⁸ No Departamento de Cundinamarca, depois de 1,5 milhão de hectares de florestas destruídos pela fumigação, o Tribunal de Justiça resolver proibir essa atividade em sua comarca.

[...] Esses são, em sua maioria, cafeicultores pobres. A cafeicultura é complicada, os preços são baixos. Mas eles conseguiram cavar um nicho para si nos mercados internacionais de café organicamente produzido. Pois isso acabou. Uma vez destruídos os cafezais e fumigada e envenenada a terra, acabou-se. Não só as vidas e as lavouras são destruídas, como também se destroem a biodiversidade e, de forma crucial, a tradição da agricultura camponesa.

Em relação ao programa de cultivo alternativo proposto pelo plano, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) passou a oferecer assistência aos camponeses para a produção de palmito, pimenta, flores tropicais e cacau. Porém, de acordo com analistas, além do baixo preço desses produtos, os recursos econômicos para as plantações não são suficientes e envolvem poucas famílias.

Todas essas estratégias que envolveram a criação do Plano Colômbia pelos EUA ganharam mais vigor com a eleição de Álvaro Uribe Vélez para a Presidência da Colômbia (2002-2006) e a publicação da nova doutrina antiterrorista do governo Bush após o 11 de setembro. Tanto Uribe quanto Bush compartilham a idéia de que as guerrilhas são, essencialmente, grupos de terroristas que controlam o narcotráfico, reduzindo, dessa forma, o complexo conflito colombiano ao combate ao terrorismo⁹. Logo após sua posse, Uribe (apud ARANÍBAR QUIROGA, 2003, p.164) afirmava que: “Na Colômbia não existe guerra, aqui temos terrorismo de grupos armados contra o Estado e a sociedade, e, isto deve ser resolvido rapidamente.” No mesmo sentido e na mesma época, Otto J. Reich (apud OTTO..., 2002, p. 23), Secretário de Estado para assuntos do Hemisfério Ocidental, afirmava que: “A Colômbia pode derrotar os terroristas, mas necessita de ajuda dos amigos. Nossos valores, nossa segurança e o futuro do nosso continente estão ligados à vitória da Colômbia em sua guerra contra o terrorismo [...] O presidente Bush já pediu ao Congresso autorização para oferecer ajuda militar e de inteligência ao governo colombiano para sua guerra contra o terror.” (OTTO..., 2002, p.23). Portanto, o Plano Colômbia foi inserido na estratégia norte-americana de combate ao terrorismo, sob a justificativa de luta contra o narcoterrorismo, transformando o governo de Álvaro Uribe num grande aliado da nova política de segurança dos EUA. Lembre-se que o governo Uribe

⁹ Vale ressaltar que os EUA também colocaram as AUC na sua lista de organizações terroristas internacionais, porém com uma ressalva: “Não atentam diretamente aos interesses dos Estados Unidos e dos cidadãos norte-americanos” (MAIEROVITCH, 2004, p.41). Para Walter Fanganiello Maierovitch (2004), isto significa que as AUC podem, desde que disfarçadas, continuar como força auxiliar a Uribe, à DEA, à CIA. E, também, servir às empresas de petróleo norte-americanas estabelecidas na Colômbia. Devemos acrescentar que, em nenhum momento, o conhecido envolvimento dos paramilitares com as atividades do narcotráfico é citado como prejudicial aos EUA.

apoiou a invasão militar norte-americana ao Iraque em 2003. Com Bush e Uribe ficou estabelecido publicamente o caráter antiinsurgente do Plano Colômbia.

O presidente Uribe assumiu o governo prometendo recuperar a “legitimidade, a legalidade e a governabilidade do Estado colombiano”, lançando o Plano Nacional de Desenvolvimento que foi baseado na “Política de Segurança Democrática”. Segundo o governo, os objetivos dessa política seriam: o controle do território e da soberania nacional; o combate às drogas ilícitas e ao crime organizado; o fortalecimento do serviço de Justiça; o desenvolvimento das regiões pobres e de conflito, com programas produtivos e de paz; a promoção e a proteção dos Direitos humanos; e a cooperação em programas bilaterais e multilaterais para a proteção das fronteiras (COLOMBIA, 2003a). Para atingir esses objetivos, Uribe tomou, em seu primeiro mandato, uma série de medidas, tais como: a criação de uma rede de informantes em toda a sociedade, com programas de recompensa para as pessoas que delatarem os colaboradores de grupos insurgentes ou criminosos; a colocação de tropas do Exército e da polícia para garantir a segurança nas estradas; a solicitação do aumento da ajuda econômica dos EUA para não somente manter a política de erradicação dos cultivos ilícitos via fumigações, como também combater as ações das guerrilhas; o aumento das forças do exército com o recrutamento de “soldados camponeses”, etc. Além disso, o presidente Uribe decretou o Estado de Comoção Interior, em 2002, que permitiu ao governo elevar impostos para aumentar o efetivo das Forças Armadas e policiais, autorizar prisões sem ordens judiciais e instituir a possibilidade de detenção de pessoas com base em suspeitas de intenções de cometer delitos¹⁰. Para muitos observadores de Direitos humanos e estudiosos do conflito colombiano, a “Política de Segurança Democrática” foi reduzida aos aspectos militares e policiais, não contemplando as questões referentes ao desenvolvimento econômico e social, que são fundamentais para a resolução dos conflitos e para a consolidação de um Estado democrático¹¹. Críticas ao Estado, por envolver a população civil no conflito, por disseminar um clima de intolerância e perseguições na sociedade e por ferir os Direitos humanos, foram frequentes ao longo da primeira gestão de Álvaro Uribe¹².

Pode-se dizer que, no que diz respeito ao conflito com as guerrilhas de esquerda, a estratégia de paz de Álvaro Uribe esteve, durante o seu primeiro mandato,

¹⁰ Cf. COLOMBIA, 2002.

¹¹ Segundo relato do frei Omar Fernández (2005, p.13), diretor executivo da Comissão Interfranciscana de Justiça, Paz e Reverência à Criação: “Nos últimos dez anos, os governos nos vários níveis implantaram um projeto político-econômico quase fascista, de regressão de conquistas populares e direitos individuais em favor de uma “paz para os pacificadores”, ou seja, a classe média alta dominante, restringindo a população em geral aos bairros periféricos e sem qualquer infra-estrutura social. Isso sem falar na ação dos paramilitares e dos informantes pagos pelo governo para apontar “esquerdistas” nos bairros pobres. É a nova “limpeza social” da chamada Política de Segurança Democrática, que mata ou prende os líderes comunitários.”

¹² Ver, por exemplo, Human Rights Watch (2006).

calçada na guerra para exterminar o opositor político, conforme a frase do próprio presidente em seu Plano Nacional de Desenvolvimento (COLOMBIA, 2003b, p.37): “A via do diálogo no meio do conflito está esgotada [...] A paz não se negocia, se constrói”¹³. Além de uma dura ofensiva militar nas áreas tomadas pelas guerrilhas, o governo Uribe recusou qualquer tipo de negociação com os guerrilheiros, rejeitando, inclusive, a proposta das FARC de trocar seqüestrados por guerrilheiros encarcerados, fato que contrariou os familiares dos prisioneiros e dos seqüestrados e os grupos de Direitos humanos que são a favor da troca humanitária. Tal posição custou a vida de muitas pessoas, que acabaram sendo assassinadas pela guerrilha.

Vale ressaltar que, se por um lado, a posição do governo em relação às guerrilhas foi o confronto, por outro, em relação aos paramilitares, optou-se pela negociação. Desde o início do governo houve uma série de negociações com as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que culminaram no Acordo de Santa Fé de Ralito, em julho de 2003, no qual ficou estabelecido que as milícias direitistas deveriam promover um imediato cessar-fogo e o desarmamento até o fim de 2005. Em troca, o governo ofereceu aos paramilitares garantias de incorporação à vida civil e política, abrindo, inclusive, a possibilidade de atenuar e anistiar as punições sobre os crimes contra a humanidade promovidos por esses grupos. Os resultados desse acordo foram pouco significativos, levando o governo a um novo pacto com as AUC, firmado em maio de 2004, no qual foi criada uma zona de reabilitação para os paramilitares em Tierralta, Córdoba. Dados oficiais indicam que, até o início de 2006, o governo Uribe conseguiu desmobilizar cerca de 30.412 paramilitares. Durante esse processo foram entregues 16.984 armas, o que, para os analistas, é um número baixo. Para vários membros de organizações humanitárias internacionais e alguns estudiosos do assunto, o governo Uribe, com essas negociações, além de não penalizar como deveria os paramilitares e não ter uma política de reparação para as vítimas das atrocidades promovidas por esses grupos, ainda manteve, em algumas regiões, a histórica relação íntima do governo e das Forças Armadas com os paramilitares para combater as guerrilhas¹⁴. Há denúncias também de que o governo não combateu as atividades de narcotráfico desenvolvidas pelos paramilitares, sobretudo, nos latifúndios de coca do norte do país.

¹³ Item 57 do capítulo I do Plano Nacional de Desenvolvimento (COLOMBIA, 2003b).

¹⁴ Instituições como a Human Rights Watch, a Anistia Internacional e o Centro de Investigação e Educação Popular da Colômbia têm feito várias denúncias de que os paramilitares continuaram promovendo violações dos Direitos humanos depois desses acordos. Segundo o relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, de 2004: os Direitos humanos continuam não sendo respeitados na Colômbia; têm crescido as reclamações da população sobre detenções arbitrárias; e os vínculos entre autoridades governamentais e integrantes de grupos paramilitares de direita não foram desfeitos.

Cabe reconhecer, no entanto, que, apesar desse processo de militarização da sociedade e a falta de iniciativas efetivas para a resolução da questão social e econômica do país, a chamada “Política de Segurança Democrática” resultou em grande popularidade ao governo Uribe, sobretudo nos setores médios e altos. Tanto que a reeleição de Uribe, em maio de 2006, pode ser creditada, em grande parte, a “Política de Segurança Democrática”, que melhorou as condições de segurança nos principais centros urbanos do país. Na verdade, as décadas de conflitos e de atrocidades cometidas pela guerrilha e pelos paramilitares levaram vários setores da sociedade a apoiar e a tolerar as medidas repressivas do Estado em nome de uma determinada segurança (ZULUAGA NIETO, 2003). Tais medidas foram, inclusive, utilizadas para neutralizar os setores sociais contrários à política social e econômica do governo. Manifestações sociais contrárias às políticas econômicas e trabalhistas, à limitação dos Direitos sociais, à violência e às negociações do Tratado de Livre Comércio com os EUA foram duramente reprimidas pela política de segurança de Álvaro Uribe¹⁵.

Com essa breve análise do primeiro governo de Álvaro Uribe não é difícil constatar que a Colômbia incorporou as diretrizes básicas da política norte-americana de combate ao terrorismo, para a resolução de seu complexo conflito interno. A partir da Colômbia, o governo norte-americano vem fazendo duras pressões aos demais países da região para que certifiquem os grupos insurgentes como narcoterroristas. Com o lançamento da “Iniciativa Regional Andina” em 2001, que foi renomeada em 2003 como “Iniciativa Andina Antidrogas”, o governo Bush ampliou o processo de regionalização do Plano Colômbia, com o aumento dos recursos econômicos para os países vizinhos combaterem o narcoterrorismo.

O aumento do respaldo econômico e militar dos EUA permitiu ao governo Uribe lançar em maio de 2004 o “Plano Patriota”, que constitui a mais ambiciosa ofensiva militar contra as FARC nas regiões dos Departamentos de Caquetá, Guaviare, Meta e Putumayo. Prevista para durar dois ou três anos, a ação militar envolve cerca de 17 mil soldados colombianos e equatorianos, apoiados e monitorados pelo Comando Sul das Forças Armadas dos EUA. Segundo relatório do governo colombiano, de agosto de 2002 a maio de 2005, os resultados do plano foram os seguintes: 17.208 capturas, sendo 10.035 das FARC, 1.643 do ELN, 5.055 das AUC e 475 outros; e 6.510 baixas, sendo 4.139 das FARC, 1.123 do ELN, 1.101 das AUC e 147 outros. Além disso, foram resgatados em operações militares 1.151 civis e libertados por pressões das tropas 789 civis (COLOMBIA, 2005).

¹⁵ Em 1º de maio de 2004, uma marcha popular dos movimentos sociais contra a política econômica e o alinhamento do governo aos interesses dos EUA terminou com uma dura repressão promovida pela Esquadra Móvel Anti-Distúrbios (ESMAD), que é chamada pelos trabalhadores e estudantes de “polícia negra de terror de Bogotá”.

Esses dados dividem as opiniões dos analistas. Para alguns, a ofensiva do Plano Patriota enfraqueceu significativamente a força numérica e militar das FARC e do ELN, sobretudo ao redor de Bogotá. Para outros, esses dados podem estar superestimados. Os vários ataques das FARC, desde abril de 2005, em distintos lugares do território colombiano, podem indicar que a suposta debilidade do grupo guerrilheiro, que havia diminuído suas ações desde o início do plano, não é mais que uma questão estratégica e a ofensiva deva continuar. Do lado do governo – em que pese às críticas sobre a violência da polícia e das Forças Armadas, sobre a redução dos espaços democráticos, sobre o êxodo forçado da população civil e sobre a violação dos Direitos humanos com os assassinatos e prisões seletivas – os altos comandos das Forças Armadas confirmam que não mudarão sua estratégia de combate ao terrorismo¹⁶.

Ao longo do ano de 2005, na iminência de terminar o prazo de vencimento do Plano Colômbia, a administração Bush procurou deixar claro que manteria a intervenção econômica e militar na Colômbia em nome da luta antiterror. Conforme as palavras da secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, (apud COOPERAÇÃO..., 2005, p.a-12) em visita à Colômbia em maio de 2005: “O Plano Colômbia formal, de cinco anos, está chegando ao fim, mas nosso compromisso com a Colômbia não. A assistência militar, policial, judicial e econômica que estivemos dando fez com que a Colômbia estivesse a caminho de uma maior segurança, de cuidar do problema das drogas e de lidar com o narcoterrorismo de maneira eficaz.” Em reunião com Álvaro Uribe no seu rancho no Texas, em agosto do mesmo ano, o presidente Bush (apud EUA..., 2005, p.A-15) também reafirmou o mesmo compromisso:

Pedirei ao Congresso que mantenha o nosso compromisso para dar prosseguimento aos programas do Plano Colômbia, para que a Colômbia possa continuar com os seus progressos e vencer a sua guerra contra o narcoterrorismo. Nossa parceria estratégica é vital à segurança, à prosperidade e à liberdade de ambos os nossos países e das Américas¹⁷.

No mesmo encontro, o governo colombiano fez questão de manifestar o seu alinhamento à política de segurança dos EUA, com as seguintes palavras de Álvaro Uribe (apud EUA..., 2005, p.A-15): “O grande inimigo da democracia colombiana é o terrorismo”.

¹⁶ Segundo relatório da Comissão da ONU sobre refugiados, publicado em 2005, a Colômbia já acumula 2 milhões de refugiados internos e 400 mil em outros países como a Venezuela, o Panamá, a Costa Rica e o Equador (UNITED NATIONS, 2005a).

¹⁷ Em cinco anos de Plano Colômbia, os EUA enviaram mais de 3,3 bilhões de dólares ao país. O valor previsto para 2006 é de US\$ 556,8 milhões. Desse total, US\$ 400,5 milhões correspondem à assistência militar e policial. Outros US\$ 152,2 milhões são para a assistência social e econômica.

Após cinco anos de Plano Colômbia, dados do governo colombiano e norte-americano apontam para uma redução da produção de cocaína em 36%, passando de 617 toneladas em 2001 para 390 no início de 2005, sendo que a meta original do plano era de 50%. Note-se que essa redução não foi capaz de atingir os níveis de produção da primeira metade da década de 90, que estavam na casa de 200 toneladas. Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas, divulgado pela ONU em 2005, a Colômbia continua sendo a maior produtora mundial de cocaína, representando 56% do montante total¹⁸. Em relação aos cultivos de folha de coca, dados do governo colombiano indicam uma redução de 180 mil hectares de plantio em 2001, para 65 mil em 2005. Porém, esses dados não são muito animadores, pois o índice de replantio é alto, cerca de 40% da área erradicada segundo a ONU. Pior, além do tradicional “efeito balão”, que significa a migração dos cultivos para os países da região, também tem ocorrido uma expansão dos plantios em parques e reservas naturais, lugares onde não pode ocorrer a fumigação. Tal fato tem produzido sérios danos ao meio ambiente, como no parque nacional de Tayrona e na reserva nacional de Nukak. Em conjunto, a execução da política norte-americana de combate ao narcotráfico na Colômbia tem produzido resultados pouco significativos no que diz respeito à eliminação das atividades dos narcotraficantes. A própria estratégia norte-americana contribui para isso, quando privilegia as ações repressoras, militares e policiais e negligencia os aspectos fundamentais que envolvem o avanço do narcotráfico na Colômbia, como, por exemplo, as profundas desigualdades sociais, políticas e econômicas dessa sociedade. Isso tende a tornar cada vez mais a economia e os setores sociais colombianos dependentes das atividades do narcotráfico. Não é à toa que a principal fonte responsável pelo ingresso de dólares no país é a cocaína.

AMERICAN POLICY ON FIGHTING DRUG-TRAFFICKING AND PLAN COLOMBIA (1998-2005)

ABSTRACT: *The article analyses North American policy against drug-trafficking in the post cold war and the advent of Plan Colombia. The main aspects of the US's foreign policy toward Latin America, mainly Colombia, are examined. The text also*

¹⁸ Cf. UNITED NATIONS, 2005b.

analyzes the strategic association between the government of Colombia and the government of US about Plan Colombia.

KEYWORDS: *Drug traffic. Plan Colombia. United States.*

Referências

ARANÍBAR QUIROGA, A. El conflicto en Colombia y las implicaciones para la región. In: ROJAS ARAVENA, F. (Ed.). **La seguridad en América Latina pos 11 de septiembre**. Caracas: Nueva Sociedad, 2003. p.157-169.

BAGLEY, B. M. Los mitos de la militarización: las fuerzas armadas en la guerra contra las drogas. In: SMITH, P. H. (Ed.). **El combate a las drogas en América**. México: FCE, 1993. p.115-131.

CHOMSKY, N. **Poder e terrorismo**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

COLOMBIA. Comando Geral Forças Militares da Colombia. **Informe sobre El Plan Patriota**. Bogotá, 2005.

_____. Departamento nacional de planeación [DNP]. Brindar seguridad democrática. In: _____. **Plan Nacional de Desarrollo 2002-2006**. Bogotá: DNP, 2003a. p. 29-99. Disponível em: <http://www.dnp.gov.co/archivos/documentos/GCRP_PND/PND.pdf>. Acesso em: 27 jun 2005.

_____. Ministerio de defensa. **Política de Defensa y Seguridad Democrática**. Bogotá, 2003b.

_____. Presidencia de la República. Decreto n.1837, 11 de agosto de 2002. **Por el cual se declara el Estado de conmoción interior**. Bogotá, 2002. Disponível em: <[http://www.anticorrupcion.gov.co/decretos/decreto 183702.doc](http://www.anticorrupcion.gov.co/decretos/decreto%20183702.doc)>. Acesso em: 29 jun. 2005.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO. La otra guerra: destierro y redoblamiento. **CODHES informa**: boletín de la consultoría para los derechos humanos y el desplazamiento, Bogotá, n.44, 28 abr. 2003. 2003. Disponível em: <[http://www.codhes.org/Info/Boletines/Boletin%2044%20Destierro%20y%20rep oblamiento.pdf](http://www.codhes.org/Info/Boletines/Boletin%2044%20Destierro%20y%20rep%20oblamiento.pdf)> . Acesso em 15 abr. 2005.

COOPERAÇÃO antiterror agora será explícita. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 jul. 2005. Caderno Mundo, p. A-12.

EUA: Bush trata Uribe como vip e defende Plano Colômbia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 ago. 2005. Caderno Mundo, p. A-15.

EUA “privatizam” sua ação contra o tráfico colombiano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 24 fev. 2002. Caderno Mundo, p.A14.

FERNÁNDEZ, O. A Guerra Colombiana. **Carta Capital**, São Paulo, edição 350, p.13-14, 12 jun. 2005.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Letter to Colombian President Álvaro Uribe Vélez**. Washington, 04 Aug. 2006. Disponível em: <<http://www.hrw.org>>. Acesso em: 16 ago. 2006.

MAIEROVITCH, W. F. Os 40 anos das FARC. **Carta Capital**, São Paulo, edição 241, p.41, 9 jun. 2004.

OTTO J. Reich declares support of the government to the Plan Colombia. **The Washington Times**, Washington, p.23, 19 jun. 2002.

PROYECTO sobre la ayuda militar de los Estados Unidos a América Latina. Washington, 2001. Disponível em: <<http://www.publicintegrity.org/report.aspx?aid=253>>. Acesso em: 12 jul. 2001.

RAMÍREZ OROZCO, M. Plan Colombia: ¿Estados Unidos ante un nuevo enemigo en América Latina? **Latinoamérica**: revista de estudios latinoamericanos, Ciudad de Mexico, n.38, p.77-115, 2004.

RODRIGUES, T. **Política e drogas nas Américas**. São Paulo: EDUC: FAPESP, 2004.

SANTANA, A. **El narcotráfico en América Latina**. México: Siglo XXI, 2004.

TENA, B. B. L. **La guerra de la cocaína**: drogas, geopolítica y medio ambiente. Madrid: Editorial Debate, 2000.

UNITED NATIONS. The UN Refugee Agency. UNHCR Global Report. 2005a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org>>. Acesso em: 05 maio 2006.

UNITED NATIONS. Office on Drugs and Crime. UNODC World Drug Report. 2005b. Disponível em: <<http://unodc.org>>. Acesso em: 05 maio 2006.

UNITED STATES OF AMERICA. Departament of State. **The Destruction of Oil Pipelines**. Washington, 2001. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov>>. Acesso em: 22 set. 2001.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of State. **Description of the support of the United States to the Plan Colombia.** Washington, 2000. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov>>. Acesso em: 20 jun. 2002.

VÉLEZ QUERO, S. E. Estados Unidos y la militarización Del combate antinarcóticos en América Latina: tendencias e interrogantes actuales. In: MÁRQUEZ-PADILLA, P. C.; FERNÁNDEZ DEL CASTILLO, G. P. ; GÓMEZ ARNAU, R. (Coord.). **Desde el sur:** visiones de Estados Unidos y Canadá desde América Latina a principios Del siglo XXI. Ciudad de México: UNAM, 2003. v.2, p.123-139.

WOLF, A. N. **El Plan Colombia:** implicaciones para el proceso de paz. Ciudad de México: UNAM, 2002. (Coleção El Mundo Actual).

ZULUAGA NIETO, J. De guerrillas a movimientos políticos. In: PEÑARANDA, R.; GUERRERO, J. (Ed.). **De las armas a la política.** Bogotá: Tercer Mundo, 1999. p.88-93.